

Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A identidade negra como instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1954-64¹

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i3.44293>

Max Fellipe Cezario Porphirio

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil. E-mail: lmax_fcp@hotmail.com

Palavras-chave: Igreja; PCB; Ligas; SAR; Negros.	A identidade negra como instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1954-64 Resumo: Em linhas gerais, objetivamos analisar como o Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica – forças que atuaram no campo brasileiro entre 1945 e 1964 – instrumentalizaram a identidade negra dos trabalhadores rurais para mobilizar a luta, denunciar a precarização do trabalho e a violência no campo, angariar votos, enaltecer e criticar regimes políticos, e legitimar agendas. Para tanto, consultamos os periódicos <i>Terra Livre</i>, <i>A Classe Operária</i>, <i>A Liga</i> e <i>O Nordeste</i>, organizados por essas forças; materiais do Serviço de Assistência Rural; e dialogamos com produções de diferentes centros de pesquisa.
Key words: Church; PCB; Leagues; SAR; Blacks.	The black identity as a fighting instrument for rural workers, 1954-64 Abstract: In general terms, we aimed to analyze how the Brazilian Communist Party, the Peasant Leagues and the Catholic Church – forces that worked in the Brazilian countryside between 1945 and 1964 – instrumented the black identity of rural workers to mobilize the struggle, denounce the precariousness of work and violence in the countryside, win votes, praise and criticize political regimes, and legitimize agendas. We consult the newspapers <i>Terra Livre</i>, <i>A Classe Operária</i>, <i>A Liga</i> and <i>O Nordeste</i>, organized by these forces; materials of the Rural Assistance Service; and dialogued with productions from different research centers.
Palabras clave: Iglesia; PCB; Ligas; SAR; Negro.	La identidad negra como instrumento de lucha entre los trabajadores rurales, 1954-64 Resumen: En líneas generales, objetivamos analizar cómo el Partido Comunista Brasileño, las Ligas Campesinas y la Iglesia Católica – fuerzas que actuaron en el campo brasileño entre 1945 y 1964 – instrumentalizaron la identidad negra de los trabajadores rurales para movilizar la lucha, denunciar la precarización del trabajo y la violencia en el campo, recaudar votos, enaltecer y criticar regímenes políticos, y legitimar agendas. Para ello, consultamos a los periódicos <i>Terra Livre</i>, <i>A Classe Operária</i>, <i>A Liga</i> e <i>O Nordeste</i>, organizados por esas fuerzas; materiales del Servicio de Asistencia Rural; y dialogamos con producciones de diferentes centros de investigación.
Artigo recebido em: 26/08/2018. Aprovado em: 13/12/2018.	

¹ * Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da CAPES e inspirada nas reflexões propostas por Álvaro Nascimento, no artigo “Trabalhadores Negros e o ‘Paradigma da Ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”.

Teorizações pecebistas

Trabalhadores Negros! – a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com os demais trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva (*A Classe Operária*, 19/07/1930, p.1).

No Brasil existe uma questão de raça. Os nossos companheiros de cor continuam oprimidos. Ide as favelas, aos casebres do Leblon e do morro da Mangueira, assisti os trabalhadores mais penosos no Cais do Porto e no interior, e encontrareis principalmente nossos irmãos negros (...) Companheiros trabalhadores negros, entrai para os sindicatos revolucionários e para o Partido Comunista (*A Classe Operária*, 27/08/1930, p.1)

As conclamações acima destacadas são marcos iniciais da mudança interpretativa pela qual passou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos de 1930 e 1934 (SOTERO, 2015). Até então, o partido negava a existência de questões raciais no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade de pensar ações específicas para a população negra. Esse negacionismo desagradava setores da III Internacional Comunista (IC), que, desde o IV Congresso (1922), discutiam amplamente a natureza dos problemas enfrentados pela população negra². Nesse congresso, a opressão racial foi classificada como questão de classe, resultado das opressões imperialista e capitalista; em razão do protagonismo político e econômico autóctone, os negros estadunidenses foram alçados ao lugar de vanguarda, devendo orientar as lutas negras

em diferentes regiões do mundo; reivindicaram o direito dos negros à igualdade política, social e racial; e enfatizaram a necessidade de superar as barreiras raciais que impediam a associação dos negros às *trade-unions*. Essa plataforma de luta vigorou até 1928, quando as teorizações comunistas sobre a questão negra sofreram significativas mudanças (CHADAREVIAN, 2008). Durante o VI Congresso, a IC desassociou a questão racial da questão de classe, reconhecendo que a população negra estava submetida a processos particulares de opressão, e, com base na classificação dos negros como nação oprimida, promoveu a luta pela autodeterminação à principal diretriz, pois entendiam que a luta contra a opressão racial, *ao fim e ao cabo*, estava relacionada à luta contra o imperialismo. Novamente tendo como referência a conjuntura estadunidense, acreditavam que com essa agenda conseguiriam atrair para o Partido Comunista dos Estados Unidos, os integrantes dos movimentos negros de autodeterminação em atuação nos EUA (SOTERO, 2015).

A adoção, durante o IV e VI Congressos, da configuração dos problemas raciais estadunidenses como modelo para pensar a questão negra no resto do mundo, não agradou aos partidos comunistas da América Latina. Entre 1 e 12 de junho de 1929, foi realizada a I Conferência Comunista da América Latina, onde representantes dos partidos cubano, guatemalteco, venezuelano, brasileiro, argentino, boliviano, salvadorenho, mexicano, colombiano, panamenho, uruguaio,

² A construção do IV congresso como espaço de discussão sobre a questão negra foi, em grande medida, resultado da intervenção do delegado sul-africano David Ivon Jones, que no decurso do III Congresso da *Comintern*, criticou o desprezo da Internacional pela questão negra e solicitou que o tema fosse mais bem debatido no próximo encontro (CHADAREVIAN, 2008).

paraguaio e equatoriano atentaram para a especificidade dos problemas raciais latino-americanos, rejeitando a referência modular estadunidense. Críticas também foram direcionadas à fala de Leôncio Basbaum. Durante a reunião, o então secretário geral do PCB afirmou que, no Brasil, a discriminação racial era ínfima por parte dos burgueses e inexistente entre os trabalhadores, delegando as questões raciais aos EUA e aos demais países da América Latina. Esta foi a primeira de uma série de críticas ao negacionismo pecebista. Entre 22 de outubro a 5 de novembro de 1929, membros do partido participaram de uma reunião, em Berlim, onde foram pressionados a promover ações voltadas à população negra. Stoian Minev, dirigente do Secretariado Latino da IC, atentou para o quadro de desigualdade racial presente no Brasil, que reservava aos negros os postos de trabalho com menor prestígio e remuneração; e os excluía do processo político formal, pois a alfabetização, requisito para participação, não era a realidade de grande parte da população negra (SOTERO, 2015).

Em fevereiro de 1930, outra crítica foi formulada, o Secretariado Político da IC publicou uma resolução indicando as deficiências do partido e exigindo maior empenho na arregimentação desse grupo (CHADAREVIAN, 2012). Em 1931, o Bureau Sul-Americano, influenciado pelo avanço da recém fundada Frente Negra Brasileira (FNB), sinalizou a necessidade do PCB estabelecer relações com as organizações negras nacionais

e elaborar uma plataforma capaz de superar a sub-representatividade do negro no partido (SOTERO, 2015). Por acreditar que a atuação da FNB contribuía para a fragmentação da classe operária ao disseminar ideias reformistas condizentes com os interesses burgueses estadunidenses, o PCB tentou se aproximar dos fretenegrinos, mas suas proposições não foram bem recebidas – a iniciativa dos comunistas foi classificada como panfletária, preocupada somente em aumentar o número de filiados, sem desenvolver propostas sólidas para a superação dos problemas enfrentados pelos negros (GRAHAM, 2014). A sistemática pressão da IC, somada ao fortalecimento de grupos políticos negros nacionais, à significativa presença negra entre os trabalhadores urbanos (GRAHAM, 2014) e ao processo de proletarização do partido – em 1930, dirigentes de origem burguesa foram substituídos por militantes operários –, contribuíram para que o PCB, alinhavado com as diretrizes do VI Congresso, estabelecesse a autodeterminação da população negra como agenda a partir de 1931 (SOTERO, 2015).

As críticas da IC ao negacionismo pecebista também eram acompanhadas de destaque à sua ação ineficaz no meio rural. Nos primeiros anos de atuação do partido, os trabalhadores rurais eram considerados “pré-políticos” – ligados aos traços feudais de exploração e submetidos aos abusos dos latifundiários – e, por isso, excluídos das estratégias pecebistas (SOARES, 2011). Durante o II congresso do PCB (1925),

constatou-se a necessidade de estabelecer diálogos com os trabalhadores rurais. Essa constatação ancorava-se nas ideias defendidas por Octávio Brandão no livro *Agrarismo e industrialismo*, em que delegou aos trabalhadores rurais e urbanos a função de superar o feudalismo e o capitalismo, ao criarem e, posteriormente, superarem a classe média (WELCH, 2010). Em fins de 1927, após ter sido colocado na ilegalidade, o PCB resolveu renomear o Bloco Operário como Bloco Operário-Camponês (BOC). Esse “novo” bloco, que teve o negro operário Minervino de Oliveira como candidato à presidência da república, foi criado com o objetivo de ser uma frente eleitoral legal, capaz de utilizar o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais para angariar alianças com outros partidos e aproximar-se da pequena burguesia. Para conquistar o apoio da população rural, o BOC tinha como agenda a luta contra a ausência de incentivo à formação de cooperativas rurais e as insalubres condições de moradia e trabalho da população rural, ou seja, não ofereciam um programa sólido para a resolução dos problemas estruturais agrários, resultado do desconhecimento das nuances e da heterogeneidade do campo brasileiro (MEDEIROS, 1995).

Foi durante a realização do seu terceiro congresso (1928) que o termo “camponês” deixou de ser utilizado como ilustração de uma pretensa aliança, para assumir caráter político e sociológico (DEL ROIO, 2014).

Nesse congresso, o PCB reconheceu sua ignorância e estipulou a criação de uma comissão para análise dos problemas agrários brasileiros. Além disso, propôs a luta por salários equivalentes ao custo de vida, saneamento básico, acesso à educação, direito à associação, formação de cooperativas e melhores condições de produção. O trabalhador rural passou a ser caracterizado como classe revolucionária e fundamental aliada dos proletários na implantação da revolução. Essa nova forma de interpretar o papel do trabalhador rural resultou da reorientação teórica do partido, que convergiu suas forças à luta contra o imperialismo e passou a considerar o fato da burguesia “haver capitulado diante desse inimigo” (DEL ROIO, 2014, p. 81). Entretanto, o trabalhador rural continuava sendo considerado mero coadjuvante das lutas do seu congênere urbano. Os pecebistas acreditavam que a melhora da condição de vida da população rural só seria alcançada por meio de um governo proletário-camponês, capaz de retomar, sem indenização, as terras das mãos do Estado, dos imperialistas e dos latifundiários. A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa

dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

Somente após a sua terceira conferência nacional (1946), quando a ampliação das organizações dos trabalhadores rurais foi definida como uma das diretrizes do partido e o latifúndio considerado um mal a ser combatido, o PCB passou a atuar de forma sistemática no campo. As primeiras iniciativas nesse sentido foram a criação das ligas camponesas comunistas e das irmandades. As irmandades tiveram atuação efêmera e concentrada em Goiás, ao contrário das ligas, que, criadas em 1945 para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas, atuaram em Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Em abril de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em consequência, a atuação das ligas camponesas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos (COSTA, 1990).

Apesar da intensa repressão, o PCB continuou a organizar ações no campo brasileiro. Durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), membros do PCB, influenciados pelas ideias discutidas na I Conferência Internacional da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Viena, 1953), decidiram criar a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (COSTA, 1990). A ULTAB foi criada para coordenar as

associações de trabalhadores rurais já existentes, tanto as de assalariados agrícolas como as de camponeses, em torno de campanhas pela reforma agrária, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo e pelo congelamento de preços. Dois dos três presidentes da ULTAB eram negros: Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Esse dado não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma categoria social que, apesar de comumente tratada sob a insígnia geral e uniforme de “trabalhadores rurais”, era composta, majoritariamente, por pretos e pardos.

Geraldo Tiburcio nasceu em 30 de agosto de 1924, no município de Catalão (GO). Filho dos arrendatários, João Tiburcio e Antonieta Agostinho, ainda criança começou a trabalhar nas fazendas da região. Sua vida foi marcada por migrações sazonais, como grande parte da população rural que respondia os processos de intensificação da exploração e, consequentemente, da miséria, migrando para áreas urbanas em busca de melhor qualidade de vida e mais oportunidades de emprego. Tiburcio alternou a ocupação dos cargos de servente de pedreiro, garimpeiro na Chapada dos Veadeiros, peão de boiadeiro e operário nas charqueadas e curtumes de Catalão, com a condição de meeiro, que desempenhava quando desempregado. Em 1949, as migrações de Tiburcio cessaram, pois conseguiu um lote na Colônia Agrícola Nacional de Goiás – criada, em 1941, como parte integrante do projeto varguista de expansão da fronteira agrícola nacional (CASTILHO, 2012). Nesse

momento, se aproximou da “União dos Camponeses de Goiás”, onde ocupou os cargos de secretário geral e presidente. Durante os anos em que esteve à frente dessa associação, Tiburcio, apesar de começar a frequentar a escola aos 12 anos de idade e por pouco tempo, fundou o periódico *Ranca Toco*, canal de denúncia da violência sofrida pela população rural na região. Em 1954, concorreu à vaga de deputado na Assembleia Legislativa de Goiás. Sua candidatura teve significativa repercussão no *Terra Livre*, que utilizou diferentes recursos para legitimá-la, a saber, o destaque à sua “inteligência e capacidade” (*Terra Livre*, segunda quinzena de julho de 1954, p.2), ilustradas na participação como presidente de uma das sessões do IV Congresso da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (Chile, 1953); sua atuação à frente do periódico *Ranca Toco*; a publicação da sua biografia no formato de história em quadrinhos. A narrativa da tirinha biográfica girava em torno da sua origem campesina e da sua raça, corroborando o argumento central da campanha iniciada pelo periódico: eleger o primeiro camponês “filho da raça negra” ao cargo deputado estadual de Goiás (*Terra Livre*, segunda quinzena de setembro a primeira quinzena de outubro de 1954, p.2). Embora Tiburcio não tenha sido eleito deputado, o esforço do *Terra Livre* provavelmente influenciou na sua nomeação para presidente da ULTAB, após escolha unânime dos 303 participantes da II

Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1954). Entre 1954 e 1959, quando esteve à frente da ULTAB, Geraldo Tiburcio presidiu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária; auxiliou na fundação de sindicatos³; visitou a URSS e a China – para melhor compreender os processos de reforma agrária ali desenvolvidos; foi eleito membro do Conselho Mundial da Paz (*Terra Livre*, segunda quinzena de novembro de 1955, p.1). Em 1962, Tiburcio voltou a ocupar as páginas do *Terra livre*, agora como vereador mais votado da cidade de Anápolis (GO). Mais uma vez a identidade racial de Tiburcio foi o eixo da argumentação desenvolvida pelo periódico, que transformou a tentativa dos latifundiários de “depreciar a cor” de Tiburcio, ao caracterizá-lo como “preto, pobre e comunista” (*Terra Livre*, novembro de 1962, p.8), em slogan aglutinador de sua luta: “Geraldo Tibúrcio, um dos grandes líderes populares de Goiás. Vereador mais votado de Anápolis, ganhou a confiança do eleitorado declarando-se ‘preto, pobre e comunista’” (*Terra Livre*, dezembro de 1963, p. 2, suplemento especial).

No período em que Geraldo Tiburcio foi presidente da ULTAB, outro negro fazia parte do comitê executivo da associação, Lyndolpho Silva, que ocupava o cargo de secretário geral. Desde os primeiros anos da década de 1950, quando começou a fomentar a sindicalização de trabalhadores rurais em

³ Durante os seus dois primeiros anos, a ULTAB participou da criação de 46 sindicatos rurais (COSTA, 1990).

Santíssimo, Campo Grande e Senador Camará, Silva teve grande destaque na organização política da população rural. Em 1959 assumiu a presidência da ULTAB, onde se manteve até dezembro de 1963, quando começou a presidir a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). A larga experiência de luta e legitimidade entre os trabalhadores rurais influenciou na sua escolha como colunista do periódico *Terra Livre*. Lyndolpho Silva assinava a coluna “Conheça os seus direitos”, em que versava sobre a importância da Lei do Inquilinato e da regularização dos contratos de arrendamento para o desenvolvimento da luta pela posse da terra, o direito à sindicalização, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, a regulação das parcerias agrícola e pecuária e a previdência social para os trabalhadores rurais. Essa coluna era um dos elementos-chave da estratégia pecebista de arregimentação, pois, além de orientar os trabalhadores rurais sobre os direitos conquistados, legitimava juridicamente sua agenda de luta no campo, item fundamental para uma categoria que considerava a “questão legal e mesmo jurídica (...) valor cultural de primeira grandeza” (TEIXEIRA, 2012, p.144). O protagonismo teórico desse comunista histórico pode ser melhor verificada quando observamos o *status* daquele que assumiu o espaço a partir de janeiro de 1963, o advogado e procurador da Superintendência da Política de Reforma Agrária (SUPRA), Cícero Viana.

O *Terra Livre* (1954-64) era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro, possuindo tiragem de 30.000 exemplares e inserção em diferentes regiões do Brasil, com sucursais em Pernambuco (1954), Ceará (1955) e Paraná (1955), corretores de assinaturas em Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília, e correspondentes nos já citados, além de Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe. O jornal noticiava a situação do campo brasileiro, em especial as lutas pela posse da terra e por melhores condições de trabalho; expunha as lutas dos trabalhadores rurais que buscavam a direção do jornal para denunciar as suas condições de vida; anunciava as Assembleias Gerais da ULTAB; discutia as ações e os projetos do governo para o campo brasileiro; publicava orientações sobre técnicas agropecuárias e orientava os trabalhadores rurais sobre seus direitos. De nada adiantaria essa organização se os trabalhadores rurais não tivessem acesso a essas informações. Por isso, o periódico orientava aqueles que eram alfabetizados a se reunirem com os demais lavradores, que em sua maioria eram analfabetos, para a leitura coletiva do jornal.

O exame de Lênin, na obra *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, balizou as formulações teóricas do PCB. Nessa obra, o teórico comunista considerava a situação degradante vivenciada pelos negros

estadunidenses como resultado, único e exclusivo, da opressão de classe, viabilizada pela estrutura agrária semifeudal ou semi-escravista sulista (termos utilizados como sinônimos na obra), baseada no arrendamento, que os mantinha economicamente dependentes da burguesia branca⁴. O PCB, por sua vez, defendia que os problemas enfrentados pela população negra eram mais acentuados no campo – onde vivia a maior parte desse grupo, que, apesar de transformados em servos, eram atingidos pela sobrevivência da escravidão –, vislumbrando na revolução democrático-burguesa a primeira etapa da luta contra a discriminação racial, uma vez que a substituição da classe feudal latifundiária pela burguesia industrial promoveria a modernização das relações salariais e do campo, extinguindo, assim, a servidão dos trabalhadores rurais (CHADAREVIAN, 2012). A presença majoritária de negros entre os trabalhadores rurais, influenciou as estratégias argumentativas do *Terra Livre*. O primeiro ponto de destaque é a preocupação

do periódico em ir pela contramão da caracterização homogeneizadora dos trabalhadores rurais. Apesar de tentar criar uma linguagem de classe inserindo-os em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995, p.77), o *Terra Livre* atentava para a raça dos trabalhadores, como é possível perceber nas figuras 1 e 2.

Figura 1: Característica racial (*Terra Livre*, julho de 1961, p.4)



Figura 2: Característica racial (*Terra Livre*, segunda quinzena de setembro a primeira quinzena de outubro de 1954, p.3)



A identidade racial também permeava a parte textual do periódico, que relacionava a opressão racial à opressão de classe, como é possível perceber na piada publicada na edição de março de 1960, onde classificou o

⁴ Essa obra é uma réplica ao artigo do economista Guimmer, publicado, em 1913, na revista *Zaviéty*, que enfatizava a decomposição do capitalismo agrário nos EUA. Lênin utilizou diferentes argumentos para evidenciar o movimento contrário: a relação entre agricultura intensiva e pequena propriedade; o uso de máquinas; o crescimento do trabalho assalariado; e a fragmentação da grande propriedade. Foi durante a análise desse último ponto, que o teórico comunista discutiu a situação da população negra. Baseado nas informações contidas no Resumo Estatístico de 1911 e nos recenseamentos de 1900 e 1910, defendeu que do número total de agricultores, 37% eram arrendatários, e desses, 75,3% eram negros. O autor não desenvolveu qualquer análise sobre discriminação racial ou sobre os problemas enfrentados pelos negros nas outras regiões do país, pois considerava que estavam concentrados na região Sul, representando de 22,6% a 33,7% do total da população, com 77% a 80% vivendo no campo.

latifundiário como “branco rosado” e o camponês como “nêgo velho”:

Não havia pergunta maliciosa ou dito visando ofender Julião, que não encontrasse do velho camponês uma pronta resposta. Um dia percorrendo janela por janela do trem de passageiros, para oferecer seu milho cozido, deparou com um branco rosado e de barriga grande, viajante de 1ª classe, decerto um latifundiário.

- Ô moço, olha o milinho cozido. Dois cruzeiros a espiga. Vai uma?...

- Sai daí nêgo velho. Quem come milho é cavalo – respondeu o viajante. Bem não come...?

- UAI! E burro também come?... (*Terra Livre*, março de 1960, p.5)

Apesar dos conceitos “servidão” e “feudalismo” terem sido utilizados para caracterizar o campo brasileiro, eram vocábulos restritos aos debates teóricos do partido. Quando se tratava de arregimentar os trabalhadores rurais e mobilizar a opinião pública, a palavra “servidão” era substituída por “escravidão”. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de discursiva. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo estadunidense; caracterizavam a opressão patronal a partir de práticas do regime escravocrata, enfatizando, simbolicamente, o uso do chicote – por exemplo, “ficando o trabalhador que se rebelar, sujeito a castigo de 30 a 100 chicotadas” (*Terra Livre*, abril de 1963, p.4) e “submetidos a um regime escravo de chicote” (*Terra Livre*, julho de 1961, p.1) – ; publicavam charges que retratavam o trabalhador rural acorrentado ao tronco.

Figura 3: Escravização do trabalhador rural (*Terra Livre*, janeiro de 1963, p.2)



Tirinhas também eram publicadas com o intuito de reforçar a ideia de permanência do regime escravista. Na primeira quinzena de junho de 1955, o jornal publicou a história de Castro Alves, optando por apresentar o papel dos escravizados na promulgação da abolição e atentar para a linhagem da classe dominante brasileira, ao defender que os latifundiários eram “filhos e netos dos senhores de escravos” (*Terra Livre*, primeira quinzena de março de 1955, p.3). Na primeira quinzena de julho de 1954, o periódico publicou uma adaptação do romance “Cabana do Pai Tomás”. A forma como a adaptação foi concluída ressalta a ideia de continuidade das práticas escravocratas:

Georges mandou cavar uma sepultura, à sombra de uma árvore, e ali enterrou Pai Tomás. Porém, nas outras plantações, os negros, cansados de ser explorados, torturados e separados de sua família, têm ainda que travar uma longa luta para serem reconhecidos como homens livres. **E, hoje, sua luta continua** (*Terra Livre*, segunda quinzena de junho a primeira quinzena de julho de 1954, p.1, grifo meu).

Entre 1930 e 1960, diferentes setores do partido fizeram uso da ideia de continuidade da escravidão como estratégia para arregimentar a população negra. Como destacamos no início

da comunicação, as primeiras ações que expuseram a preocupação do PCB com a questão racial no Brasil, envolveram conclamações pautadas na construção dessa continuidade: “Trabalhadores Negros! – a vossa escravidão continua! lutai em conjunto com os demais trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva” (*A Classe Operária*, 19 de julho de 1930, p.1). Outro exemplo de utilização dessa estratégia, o manifesto da Aliança Nacional Libertadora – movimento ligado ao PCB –, que enfatizava a implantação de um governo popular como condição *sine qua non* para o reconhecimento dos direitos dos negros e, consequente, consolidação da sua liberdade (SOTERO, 2015). A ALN também publicou, no dia 13 de maio de 1935, o panfleto “Salve, 13 de Maio!”, em que compara a exploração durante a escravidão com a opressão imperialista (SOTERO, 2015). No ano de 1938, um folheto da Federação da Juventude Comunista do Brasil comparava Vargas a um feitor (SOTERO, 2015). Em 1939, Aristeu Nogueira, membro efetivo do comitê estadual do PCB (BA), publicou artigo na revista *Seiva*, no qual reforçava a ideia que o trabalhador livre nas fazendas do nordeste baiano, continuava escravo (FERREIRA, 2012, p.92). Em 1946, o discurso proferido por Claudino José da Silva, negro e deputado federal, também era pautado nessa relação: “Hoje, temos aqui reunida uma Assembleia Constituinte (...) Bem poderia ela concorrer, e de maneira decisiva, para completar, no

Brasil, a libertação dos escravos. (*Muito Bem*). **Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em situação muito pior que a dos escravos.** (*Palmas*).” (BRASIL, 1948, p. 33, grifo meu).

O periódico publicava cartas e depoimentos que denunciavam o trabalho escravo no campo brasileiro. Na segunda quinzena de abril de 1955, o periódico publicou a denúncia “Vendido como Escravo”, onde o trabalhador rural Pedro Rafael de Lima, natural do Rio Grande do Norte, narra o seu processo de escravização. Os trechos dessa denúncia necessitam ser destacados, haja vista a proximidade com práticas ainda comuns na sociedade brasileira, como a ação dos agenciadores, a venda de pessoas e a restrição da sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador:

Saí do Rio Grande do Norte em outubro de 1953, em cima de um pau-de-arara. O proprietário do caminhão, que me trouxe, se chama Chico Binho, morador em São Vicente (...) não paguei nada pela viagem. O dono do caminhão já tem contrato com os fazendeiros do Sul para não cobrar nada, a fim de que o pessoal fique escravizado (...) fui vendido por 850 cruzeiros (*Terra Livre*, segunda quinzena de abril de 1955, p.4).

Os comunistas brasileiros expuseram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como terra de fartura, alegria e plenitude, onde as terras eram coletivas e a agricultura mecanizada, o que aumentava a produtividade e diminuía o esforço do camponês (SOARES, 2011). Essa propaganda

também foi estendida à questão racial. No início dos anos de 1930, a URSS era apresentada como o único lugar do mundo que concedia direitos aos negros e não existia discriminação racial (GRAHAM, 2014). O *Terra Livre* também assinalou o modelo socialista como a única forma de governo capaz de superar os problemas raciais, porém, não foi a URSS o país considerado modelo no tratamento das relações raciais, e sim Cuba. Uma das formas encontradas para legitimar as mudanças empreendidas durante a revolução cubana consistia em destacar o reconhecimento dos direitos dos negros à igualdade civil, social e política.

O combate ao racismo era utilizado tanto para legitimar como criticar sistemas políticos. Dentro de um jornal voltado à questão agrária, era possível encontrar notícias sobre as manifestações pelos direitos civis e a violência contra negros nos Estados Unidos. A apresentação das perseguições sofridas pelos negros estadunidenses era a principal estratégia empregada pelo periódico para deslegitimar o “american way of life”. O lúdico foi um importante recurso utilizado nessa estratégia argumentativa. O periódico possuía o espaço “Pequeno Almanaque de Terra Livre” destinado à publicação de orientações agropecuárias, piadas, indicações bibliográficas, fábulas, conselhos caseiros, charges, tirinhas, horóscopo e cuidados médicos. Esse espaço continha a coluna fixa “Você Sabia?”, dedicada à apresentação das características do corpo humano, do planeta

terra e de diferentes grupos sociais, mas também era utilizada para criticar as ações do imperialismo estadunidense: “você sabia que nos Estados Unidos, apesar de ter sido abolida há dezenas de anos a escravidão, os negros continuam sendo perseguidos e em muitos Estados não podem frequentar as mesmas escolas dos brancos, os mesmos cinemas, hotéis e etc?” (*Terra Livre*, segunda quinzena de dezembro de 1954, p.2); “você sabia que os negros nos Estados Unidos até na Igreja são obrigados a sentarem-se atrás e bem separados dos brancos?” (*Terra Livre*, julho de 1963, p.4).

Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas também instrumentalizaram o uso da memória da escravidão como recurso argumentativo. É lugar comum na historiografia considerar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), organizada no engenho da galiléia (Vitória de Santo Antão – PE) em 1954 e legalmente reconhecida em 1955, gênese do movimento que viria a ser conhecido como Ligas Camponesas e propagar-se-ia para diversos estados do Brasil, como Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul⁵. Apesar

⁵ O nome “Ligas Camponesas” foi imputado pelo patronato rural à SAPPP, como tentativa de associá-la às Ligas fundadas pelo PCB em 1945, e assim legitimar a utilização da Lei de Segurança Nacional para reprimir o movimento – apesar da resistência inicial, a alcunha foi ressignificada e utilizada pelos trabalhadores rurais

das discussões sobre a filiação da associação ao PCB e os seus objetivos iniciais, sabemos que militantes pecebistas, como José dos Prazeres e Paulo Travassos, atuaram na idealização e organização inicial da SAPPP, compondo, inclusive, a diretoria da sociedade (MORAIS, 1969); e que em seus anos iniciais, a relação entre o PCB e as Ligas era harmoniosa, com membros do movimento filiados ao partido. Essa situação começou a mudar em 1960, após Francisco Julião e Clodomir de Moraes, líderes das Ligas Camponesas, viajarem a Cuba. O contato com a revolução cubana contribuiu para que o projeto de reforma agrária radical ganhasse contornos mais sólidos e o movimento passasse a defender que, ao exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da visão etapista do PCB. O primeiro espaço de disputa foi o V Congresso Comunista (1960), onde membros das Ligas pertencentes aos quadros do comitê pernambucano do PCB tentaram sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central. A tentativa não foi bem-sucedida, resultando na expulsão de alguns desses membros do PCB (MORAIS, 1969). Porém, a divergência entre

o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961), quando as duas organizações expuseram suas visões sobre a natureza da reforma agrária. Enquanto o PCB defendia a regulamentação da parceria e do arrendamento, as Ligas, considerando precárias essas formas de acesso à terra, defendiam a implementação, *na lei ou na marra*, de uma reforma agrária capaz de extinguir o monopólio da terra e estatizar a propriedade rural. Outro ponto conflitante dizia respeito à classificação do grupo responsável por impulsionar as mudanças no campo. O PCB focalizava suas ações na atuação dos assalariados agrícolas, diferentemente das Ligas, que consideravam os camponeses – aqueles que detinham os meios de produção, seja “através da posse pura e simples, seja através do direito de propriedade ou apenas de aluguel de uma gleba” (*A Liga*, 9/10/1962, p.5) – a força motriz da revolução no campo.

Apesar dessas divergências, membros da Liga se aproximavam da retórica pecebista de demonstração da opressão e violência no campo como continuação de um passado escravocrata não superado. Dessa forma, *A Liga* comparava a condição de vida do camponês à de um escravo: “Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos” (*A Liga*, 9/10/1962, p.5); “És escravo de dia, és escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo” (*A Liga*, 13/11/1962, p.4); “‘tronco dos escravos’ foi conservado pelos sucessores dos senhores feudais do século passado”(A

(NOVAES, 1997). As Ligas Camponesas comunistas, por sua vez, foram criadas em 1945 para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas de Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais (SANTOS, 2005). Em abril de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em consequência, a atuação dessas Ligas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos (COSTA, 1990).

Liga, 6/11/1962, p.4); “o camponês nasceu para sofrer como escravo” (*A Liga*, 18/12/1962, p.3); “O camponês vive como escravo e como escravo morre” (*A Liga*, 9/01/1963, p.3); a carta de orientação à liberdade camponesa tinha como título “Carta de **Alforria** do camponês”. Além disso, o vocabulário utilizado pelo periódico remetia aos opressores do período escravocrata: “o chicote do administrador (ou feitor, ou capataz)” (*A Liga*, 18/12/1962, p.4), “juiz fascista faz do exército capitão-do-mato” (*A Liga*, 11/12/1962, p.6) e a “violência dos capitães-do-mato do Exército” (*A Liga*, 18/12/1962, p.4). Outra estratégia argumentativa similar à pecebista era a utilização do combate ao racismo para legitimar ou criticar sistemas políticos. A luta dos negros estadunidenses pelos direitos civis foi instrumentalizada para criticar a “democracia ocidental cristã” norte-americana (*A Liga*, 22/05/1963, p.4; 9/10/1962, p.3). Por outro lado, apresentava Cuba como um lugar onde não existia discriminação contra o negro (*A Liga*, 23/01/1963, p.6), a ponto de negros estadunidenses participarem de grupos pro revolução cubana (*A Liga*, 13/11/1962, p.1). Outra semelhança era a denúncia das novas formas de escravização do trabalhador rural para legitimar sua retórica, como fez ao destacar as experiências dos seringueiros: “quando chegam aos seringais (...) começam devendo, pois têm que pagar o preço do transporte, equivalente na contabilidade do latifundiário a mais de um mês de trabalho

forçado (...) se isso acontece e já não quer ser escravo, tenta a fuga” (*A Liga*, 16/10/1962, p.5).

Como parte da estratégia das Ligas de utilizar cantadores, folhentistas, violeiros e literatura de cordel para arregimentar a população rural, poemas também foram utilizados com o objetivo de reforçar a ideia de continuidade da escravidão. Destacamos o poema “Nordeste Escravo”:

Foi abolida a negra escravidão
Que foi opróbrio no Brasil inteiro,
Mas... hoje sofre enorme multidão
Os agulhões de um nôvo cativoiro.
Vive hoje, ainda em terras nordestinas,
Escravisado, o pobre camponês
Que apenas por salário tem propinas
Que lh'as pagam em vales, todo mês.
Descalço, semi-nu, enxada aos ombros,
Vai tristonho, faminto e escravisado,
De sol a sol, as terras sobre escombros,
Amanhando, mas sempre armagurado.
E se repetem cenas de cativo
Quando os campônios marcham ao labor...
Pois se avista, robusto e sempre altivo,
Repelente figura de um feitor.
Grosso azorrague empunha, ele nas mãos,
De perneiras, botinas e culote
E com desdém “aponta” aos seus irmãos...
Menospresados, ao revés da sorte.
Pue se desfaça o jugo do cambão,
Que se pague dinheiros e não vales
E que haja fisco em todo barracão
E se combatam da miséria os males.
Que ressurjam, Nabuco⁶, Patrocínio...
Pois o Nordeste clama redenção,
Porque já tem formado o tirocínio
De ser precisa **nova abolição** (*A Liga*, 25/12/1962, p. 3, grifo meu)

Apesar de recorrer à memória do cativoiro para mobilizar os trabalhadores

⁶As estratégias argumentativas utilizadas para reafirmar a continuidade da escravidão assumiam características inusitadas, por exemplo, na edição de 9 de janeiro de 1963, encontramos a notícia “Ontem Nabuco, hoje Julião”, em que o presidente das Ligas Camponesas foi comparado ao abolicionista pernambucano, e defensor da reforma agrária, Joaquim Nabuco. Cf. *A Liga*, 9/01/1963, p.4.

rurais. Uma visão estereotipada do negro e do seu processo de escravização foi reproduzida pelo periódico, caracterizando-o como menos resistente à escravidão, quando comparado aos índios, “insubmissos aos conquistadores”: “da África, vieram os negros que, deslocados do meio ambiente, tiveram de suportar o regime escravo até que, alguns anos depois, habituados ao clima e ao temperamento do nativo, influenciavam-se” (*A Liga*, 9/10/1962, p.4). O mesmo não ocorreu com o *Terra Livre*, que não reproduziu concepção presente nas obras de diferentes teóricos pecebistas.⁷

Igreja Católica

Os movimentos coordenados pela Igreja Católica também instrumentalizaram a memória do cativo para legitimar suas agendas, como demonstram as estratégias argumentativas do Serviço de Assistência Rural (SAR). O SAR fundou as primeiras escolas radiofônicas católicas do Brasil⁸. Destinadas à alfabetização dos trabalhadores rurais potiguares, a estrutura das aulas apresentava os sindicatos católicos como meio

de promoção da justiça social, de defesa dos direitos da população rural e de acabar com a continuidade da escravidão nas áreas rurais, como se verifica no poema escrito pela monitora Maria Bezerra, utilizado como hino oficial das escolas (PAIVA, 2009) e texto do livro para leitura *Educar para Construir* (1964)

Alerta Homem do Campo
Avante homem do campo,
Para a luta alerta, alerta!
Queremos reforma agrária
E a escola porque desperta!
Trabalhadores rurais
Precisamos de Sindicato,
De Escola Radiofônica
Lutar, **ser unido e liberto**
Com sindicato rural
Camponês tem liberdade
Ficam livres, da escravidão,
Marcham prá libertação!
O sindicato é a arma de luta,
A escola é a luz que avulta
Por justiça, paz e amor
Alerta, gente alerta!
Camponês, o Sindicato
É esperança do país,
A Escola Radiofônica
Traz a luz, bom senso diz.
Nesta minha poesia
Digo ao povo em geral
Viva a Escola Radiofônica!
Viva o Sindicato Rural (SAR, 1964, p. 11, grifo meu)

Durante as eleições de 1962, o setor de *politização* do SAR desenvolveu o folheto *A Nova Escravidão*. A Equipe de Natal chamava de *politização* a educação política voltada à “conscientização” dos indivíduos sobre as formas de dominação às quais estavam submetidos, para então se organizarem politicamente em escolas, clubes, sindicatos e cooperativas (FÁVERO, 2006; PAIVA, 2009). As campanhas de *politização* abordavam a “fome, a mortalidade infantil, a falta de

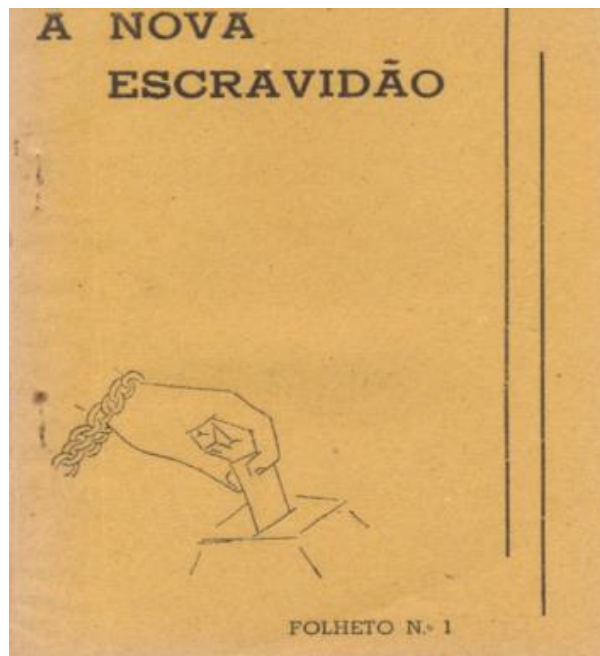
⁷Para análise sobre a caracterização da população negra como passiva à escravidão, nas obras teóricas do partido, ver: CHADAREVIAN, 2012, p. 270-275.

⁸ As primeiras escolas foram fundadas em 1958, após Pe. Eugênio Sales – coordenador do movimento – conhecer as ações da Ação Cultural Popular e da Rádio Sutatenza, responsáveis pela criação de 7.500 escolas radiofônicas em 533 paróquias colombianas. No segundo semestre de 1961, as escolas radiofônicas do SAR foram integradas ao Movimento de Educação de Base (MEB). Embora outros setores do SAR – migração, colonização, saúde, ensino médio, sindicato rural, cooperativismo, treinamento de líderes, centros sociais e clubes – não tivessem sido absorvidos pelo MEB, os movimentos desenvolveram ações conjuntas (PAIVA, 2009).

assistência médica, o analfabetismo, a concentração de terras nas mãos de poucos, a falta de crédito, baixos salários do trabalhador e negligência dos políticos face a toda essa problemática” (PAIVA, 2009, p.90). Em razão do pleito, o ano de 1962 teve como tema o voto – o SAR defendia que a não venda de votos e a consequente escolha de candidatos comprometidos com a justiça social eram formas de combate às desigualdades socioeconômicas. Uma das estratégias argumentativas para legitimar a importância do voto *consciente* foi o destaque à sua função “abolicionista”, como sugere a capa do referido folheto (figura 4) e os seus versos finais “vamos para eleição/decididos a acabar/esta nova escravidão” (SAR, 1962, p.21). A “Nova Escravidão” a qual o folheto se refere é a venda de votos – “Quem vende voto esquece/Tá vendendo a liberdade” (SAR, 1962, p.19) –, responsável por manter os trabalhadores rurais vulneráveis aos interesses do “grande sinhô” (SAR, 1962, p.8)⁹, já que os latifundiários utilizavam seus poderes extraeconômicos¹⁰ para garantir a eleição de candidatos dispostos a “trabalhar para os amigos/Os donos de muito sal/Carnauba e algodão/Cana de açúcar e cisal” (SAR, 1962, p.11) e barrar qualquer projeto de reforma

agrária – “Tenha calma coronel/eu também tenho fazenda/Pro senhor vou trabalhar/vamos acertar a venda/Reforma Agrária coitada/Passo na moeda” (SAR, 1962, p.16).

Figura 4: Cartilha SAR



O folheto *A Agricultura, setor oprimido e os vários problemas do campo*, escrito por José Alves Saraiva e utilizado pelo MEB/Natal, também utilizou a ideia de continuidade da escravidão para conclamar os trabalhadores rurais à luta

Agricultores amigos
Temos a grande missão
De levantar nossa voz
Em favor da redenção
Da nossa classe oprimida
Que padece a escravidão (SARAIVA, 1963
apud PAIVA, 2009, p. 107)

O folheto escrito por Saraiva foi mimeografado originalmente no Seminário da Prainha, em Fortaleza, em 15 de maio de 1963 (PAIVA, 2009). Nesse período, o estado do Ceará era palco de intensas disputas pela organização política dos trabalhadores rurais –

⁹ Outra forma encontrada pelos criadores do folheto de enfatizar a hereditariedade entre os latifundiários e os antigos senhores de engenho foi caracterizar sua residência como “casa grande” (SAR, 1962, p.6).

¹⁰ Características desse poder eram: o direito de vida e morte, o estabelecimento das condições de trabalho, o controle sobre a remuneração e o arrendamento das pessoas (moradores, agregados, meeiros, colonos, assalariados e camaradas) (GUIMARÃES, 1963).

o PCB e a Igreja disputavam a representação da população rural, além disso, preocupavam-se com fortalecimento das Ligas Camponesas, que dominava Pernambuco e Paraíba, estados vizinhos do Ceará. Dois periódicos católicos foram importantes nessa disputa: *O Nordeste* (1922-1967) e *A Fortaleza* (1950-1963). Ambos publicavam editais de convocações às assembleias dos sindicatos rurais dirigidos pela Federação dos Círculos Operários do Ceará, destacavam a precária realidade socioeconômica do trabalhador rural, forneciam orientação agropecuária, discutiam as formas de incentivo governamental à produção agropecuária, enalteciam as ações do governo estadunidense (sua política de crédito agrícola supervisionado, sua forma de mecanizar a agricultura, sua estrutura fundiária baseada na propriedade privada) e, conseqüentemente, criticavam os regimes e movimentos de orientação comunista, os associando a um projeto internacional de dominação e transformação dos trabalhadores rurais em “escravos” (*O Nordeste*, 31/7/1961, p.3; SANTOS, 2004, p.199). Não foi somente nos periódicos que setores cearenses da Igreja realizaram essa associação. Como destacou Santos (2004), no ano de 1953, a Federação dos Círculos Operários do Ceará foi responsável por preparar, em vinte e seis municípios do interior do estado, comemorações do fim da escravidão no Brasil, que seriam utilizadas como palco de atos voltados à caracterização do comunismo como agente de escravização da pátria.

Principais pontos a serem retidos

Apresentamos novos caminhos para pensar o campo brasileiro a partir da superação da negligência, flagrante na historiografia, em relação ao caráter racial dos trabalhadores rurais, nos permitiu identificar a utilização das experiências negras (em especial, os limites da abolição, o passado escravista recente e o racismo) como importantes retóricas arregimentadoras – tão importantes quanto as retóricas recorrentemente enfatizadas pelas pesquisas (reforma agrária, extensão dos direitos trabalhistas e educação) –, empregadas para mobilizar a luta, angariar votos, enaltecer e criticar regimes políticos, denunciar a precarização do trabalho e a violência no campo, e legitimar agendas.

As condições de trabalho impostas à população rural, marcadas pela ausência de legislação trabalhista (que viria ocorrer somente em 1962, com o Estatuto do Trabalhador Rural), por novas formas de escravização e pela permanência de signos escravocratas, como a sobrevivência da figura do “capataz” (CEREDA, 2017), ofereceram legitimidade e ressonância às instrumentalizações sobre a continuidade da escravidão. Ainda dialogando com essas características do mundo do trabalho rural, as três forças sociais (PCB, Ligas e Igreja) tentavam ampliar a qualidade dos receptores dessas instrumentalizações, ao atentar para a existência de uma “nova escravidão”, estendida

à população rural como um todo, a exemplo da figura 3 – o indivíduo que está sendo açoitado, no tronco, não é negro – e do discurso proferido por Claudino José da Silva – “Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em situação muito pior que a dos escravos” (BRASIL, 1948, p. 33).

Além da influência na formulação das estratégias argumentativas, nosso artigo buscou apresentar o protagonismo da população negra na direção das associações rurais ligadas ao PCB, por meio das trajetórias dos presidentes da ULTAB, Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Foi dada maior ênfase à trajetória de Tiburcio, pois os usos da sua condição de negro para angariar votos e legitimar sua atuação no meio rural corroboram com a argumentação central da pesquisa: a identidade negra, em seus múltiplos aspectos, foi uma importante bandeira arregimentadora no campo brasileiro.

Referências

A Classe Operária. Edições de 19/07/1930 e 27/08/1930.

A LIGA. Edições de 9/10/1962 a 22/5/1963.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Redação de anais e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. IX.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 68-109.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola

Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres – GO – Brasil. *Élise*, v.1, n.1, 2012, p.117-139.

CEREDA, Allan. “*Não tinha o que comer, botava no bolso*”: situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-75). 2017. 111p. Trabalho de conclusão de curso. Unipampa, Jaguarão, 2017.

CHADAREVIAN, Pedro. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, v. 24, 2008, p. 73-92.

_____. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, v. 11, n. 20, 2012, p. 255-283.

COSTA, Luiz Flávio. *O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-64*. 1990. 244p. Tese (Doutorado). USP. São Paulo, 1990.

DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: _____ e MORAES, João Q. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*. v. 4. Campinas: Unicamp, 2014, p. 73-134.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Daniela. *Tempos de luta e esperanças: materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 2012. 189p. Dissertação (Mestrado). UEFS. Feira de Santana, 2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio (1963). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-77.

GRAHAM, Jessica. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da*

Raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.353-375.

KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007.

MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 294p. Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, 1995.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil*. 1969. Disponível em:

<http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_e_cmorais.htm>. Acessado em: 26/8/2018.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil*. *Estudos Históricos*, v.29, n.59, 2016, p. 607-626.

NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

O Nordeste. Edição de 31/7/1961.

PAIVA, Marlúcia Menezes (Org.). *Escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro, 2009.

SANTOS, Jovelina. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando e moralizando” (1915-63)*. 2004. 269p. Dissertação (Mestrado). UFC. Ceará, 2004.

SANTOS, Leonardo Soares. *As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)*. *Trocadero*, n. 17, 2005, p.77-98.

SAR. *A Nova Escravidão*, 1962.

_____. *Educar para construir*, 1964.

SOARES, Paula. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros:*

trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964). 2011. 258p. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2011.

SOTERO, Edilza. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. 2015. 314p. Tese (Doutorado). USP. São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, Fernando. *Justiça de classe: tribunais, trabalhadores rurais e memória*. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, 2012, p.124-160.

TERRA LIVRE. Edições da segunda quinzena de junho de 1954 a dezembro de 1963.

WELCH, Clifford. *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.